ISSN: 2358-8829

A SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS – SRM: AS ATRIBUIÇÕES E DESAFIOS DOCENTES PARA PROMOVER PRÁTICAS INOVADORAS NO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO - AEE

Maria de Fatima do Nascimento Pereira [1]

INTRODUÇÃO

Este estudo surge de uma preocupação legítima em entender as atribuições específicas dos docentes que atuam nas Salas de Recursos Multifuncionais (SRM), local onde ocorre o Atendimento Educacional Especializado (AEE), bem como em identificar os principais desafios enfrentados por esses profissionais na adoção de práticas pedagógicas inovadoras. Sob a perspectiva de promover uma educação pública de qualidade, reconhecida como um direito universal de todo cidadão, revela-se imprescindível acompanhar as transformações que envolvem tanto as designações quanto as responsabilidades assumidas por esses profissionais no exercício de suas atividades pedagógicas.

Considerando essas questões, sugere-se uma análise detalhada da literatura existente para buscar esclarecimentos e atualizações que possam ajudar a entender as funções específicas dos professores nas Salas de Recursos Multifuncionais no contexto do Atendimento Educacional Especializado e quais são os desafios mencionados pelos pesquisando. Essa preocupação nos impulsiona a explorar as características dos educadores especializados em Educação Especial, especialmente em face da visão de que esse ambiente pode ser visto, por alguns, como uma alternativa ao ensino em salas de aula convencionais.

O objetivo deste trabalho é esclarecer o que de fato ocorre na prática. Por meio desta pesquisa, buscamos identificar e delinear os conceitos de Sala de Recursos Multifuncionais (SRM) e Atendimento Educacional Especializado (AEE), explorando em profundidade as responsabilidades e os desafios enfrentados pelos docentes na adoção de práticas inovadoras destinadas ao público da Educação Especial. Além disso, pretende-se

[1] Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA, mdfatimanascimento@gmail.com

compreender os principais obstáculos vivenciados por esses profissionais e mapear suas atribuições mais relevantes. A importância deste artigo está diretamente ligada à constante necessidade de atualização que caracteriza o campo educacional.

Explorar repertórios contemporâneos, fundamentar-se em literatura atualizada e considerar as resoluções e políticas públicas em vigor são passos indispensáveis para fortalecer práticas pedagógicas sólidas. Este estudo visa desempenhar um papel relevante na comunidade acadêmica, fornecendo informações valiosas para o avanço científico e contribuindo para esclarecer, de forma mais precisa, as reais atribuições desses profissionais. Assim, também se busca promover uma compreensão mais ampla dos temas discutidos. Para atingir tais propósitos, será adotada a metodologia de pesquisa de campo de caráter qualitativa na forma de um estudo de caso, que busca saber e conhecer as atribuições e desafios docentes para promover práticas inovadoras no Atendimento Educacional Especializado – AEE.

A Declaração de Salamanca é amplamente reconhecida em todo o mundo como um dos documentos globais mais relevantes e influentes no campo da educação inclusiva.

Segundo a declaração de Salamanca:

> Regras Padrões sobre Equalização de Oportunidades para Pessoas com Deficiências, o qual demanda que os Estados assegurem que a educação de pessoas com deficiências seja parte integrante do sistema educacional. Notando com satisfação um incremento no envolvimento de governos, grupos de advocacia, comunidades e pais, e em particular de organizações de pessoas com deficiências, na busca pela melhoria do acesso à educação para a maioria daqueles cujas necessidades especiais ainda se encontram desprovidas; e reconhecendo como evidência para tal envolvimento a participação ativa do alto nível de representantes e de vários governos, agências especializadas, e organizações intergovernamentais naquela Conferência Mundial. (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994, p. 01)

Através das diretrizes e normas voltadas para a Equalização de Oportunidades para Pessoas com Deficiência (PCDs), podemos observar em detalhes as obrigações que os Estados devem atender para garantir a inclusão efetiva e equitativa dos indivíduos com deficiência dentro do sistema educacional regular. Esses documentos não apenas sublinham o dever dos governos em promover a educação inclusiva, mas também destacam a importância de integrar essa população nas práticas e políticas educativas cotidianas. A partir daí, é perceptível um progresso considerável no envolvimento ativo de diversas partes interessadas, incluindo governos em suas várias esferas, comunidades

locais, famílias dedicadas e, fundamentalmente, as organizações representativas de pessoas com deficiência. Este movimento conjunto visa criar uma sociedade mais inclusiva e justa, onde todos possam acessar oportunidades educacionais de qualidade sem discriminação.

No Brasil, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), aprovada em 20 de dezembro de 1996, destaca-se como um marco regulador crucial para a educação no país. Desde sua promulgação, essa legislação tem sido instrumental na promoção de avanços notáveis, facilitando políticas que expandiram o acesso à educação, aprimoraram a qualidade do ensino e asseguraram investimentos mais substanciais no setor educacional. Com o decorrer dos anos, a LDBEN, atualmente conhecida simplesmente como LDB, passou por várias revisões, integrando temas de crescente relevância social. Um exemplo significativo é a incorporação da educação especial, que recebeu um capítulo exclusivo na legislação. O capítulo V da LDB trata especificamente das questões relativas à educação especial e enfatiza sua importância para a construção de uma sociedade mais inclusiva.

O capítulo V da LDB traz em pauta sobre a educação especial:

> Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação [...] A oferta de educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil [...] (BRASIL, 1996, p. 39).

No Brasil, a Constituição Federal de 1988 delineia estratégias a fim de democratizar a educação, definindo em seu artigo 205, a educação como um direito de todos, garantindo o pleno desenvolvimento da pessoa, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho. No seu artigo 206, inciso I, estabelece a “igualdade de condições de acesso e permanência na escola” (BRASIL, 1988), como um dos princípios para o ensino e, garante como dever do Estado, a oferta do atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino (art. 208).

O Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024 estabelece, em sua Meta 4, a universalização do atendimento escolar, o acesso à educação básica e ao atendimento especializado, de preferência na rede regular de ensino, para os estudantes de 4 a 17 anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou

superdotação, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.

O documento da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008) destaca que:

> Na perspectiva da educação inclusiva, a educação especial passa a constituir a proposta pedagógica da escola, definindo como seu público-alvo os alunos com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. Nestes casos e outros, que implicam em transtornos funcionais específicos, a educação especial atua de forma articulada com o ensino comum, orientando para o atendimento às necessidades educacionais especiais desses alunos. (BRASIL, 2008, p. 14).

A educação é um direito universal e compete aos Estados e municípios assegurar que esse direito seja devidamente cumprido. No entanto, é essencial refletir sobre a maneira como esses direitos estão sendo efetivamente oferecidos aos alunos, principalmente àqueles que fazem parte do público-alvo do Atendimento Educacional Especializado (AEE). É fundamental analisar se os ambientes escolares estão promovendo a inclusão ou se, inadvertidamente, estão segregando esses estudantes sob o pretexto de agir em conformidade com os direitos garantidos pela Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI), conforme estabelecido em seu artigo 27.

Onde menciona que:

> “A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizados ao longo de toda a vida, de forma a alcançado o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem “(BRASIL. Lei N° 13.146. Art.27.)

A educação representa um direito fundamental da pessoa com deficiência, sendo garantido um sistema educacional inclusivo que abranja todos os níveis de ensino, além de promover oportunidades de aprendizado ao longo de toda a vida. O objetivo é possibilitar o pleno desenvolvimento de seus talentos e habilidades em diferentes dimensões, sejam elas físicas, sensoriais, intelectuais ou sociais, sempre respeitando suas características individuais, interesses específicos e necessidades pedagógicas. Por meio dessa abordagem inclusiva e personalizada, busca-se criar condições para que essas pessoas possam alcançar o máximo de seu potencial em diversas áreas da vida e da convivência social.

ISSN: 2358-8829

A Nota Técnica SEESP/GAB/Nº 11/2010 aborda as atribuições do professor no atendimento educacional especializado, sendo elas:

> I- Elaborar, executar e avaliar o Plano de AEE do aluno, contemplando: a identificação das habilidades e necessidades educacionais específicas dos alunos; a definição e a organização das estratégias, serviços e recursos pedagógicos e de acessibilidade; o tipo de atendimento conforme as necessidades educacionais específicas dos alunos; o cronograma do atendimento e a carga horária, individual ou em pequenos grupos;
>
> I- Programar, acompanhar e avaliar a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade no AEE, na sala de aula comum e nos demais ambientes da escola;
> II- Produzir materiais didáticos e pedagógicos acessíveis, considerando as necessidades educacionais específicas dos alunos e os desafios que estes vivenciam no ensino comum, a partir dos objetivos e das atividades proposta no currículo;
> III- Estabelecer a articulação com os professores da sala de aula comum e com demais profissionais da escola, visando a disponibilização dos serviços e recursos e o desenvolvimento de atividades para a participação aprendizagem dos alunos nas atividades escolares; bem como as parcerias com as áreas intersetoriais;
> IV- Orientar os demais professores e as famílias sobre os recursos pedagógicos e de acessibilidade utilizados pelo aluno de forma a ampliar suas habilidades, promovendo sua autonomia e participação;
> V- Desenvolver atividades próprias do AEE, de acordo com as necessidades educacionais específicas dos alunos: ensino da Língua Brasileira de Sinais – Libras para alunos com surdez; ensino da Língua Portuguesa escrita para alunos com surdez; ensino da Comunicação Aumentativa e Alternativa – CAA; ensino do sistema Braille, do uso do soroban e das técnicas para a orientação e mobilidade para alunos cegos; ensino da informática acessível e do uso dos recursos de Tecnologia Assistiva – TA; ensino de atividades de vida autônoma e social; orientação de atividades de enriquecimento curricular para as altas habilidades/superdotação; e promoção de atividades para o desenvolvimento das funções mentais superiores. (Brasil, 2010, p. 5)

Considerando os fatos expostos, é evidente a necessidade de um diálogo permanente entre os profissionais do Atendimento Educacional Especializado (AEE) e os profissionais do ensino regular. Além disso, é fundamental estabelecer uma interlocução abrangente que inclua todos os envolvidos no processo educativo do aluno com deficiência, desde a diretoria da escola, gestores e profissionais da área da saúde, compondo uma rede integrada de atendimentos. O papel do professor do AEE abrange o desenvolvimento de um planejamento pedagógico individualizado, que deve ser elaborado em conjunto com o ensino regular, visando garantir que o conteúdo seja acessível a todos os alunos.

ISSN: 2358-8829

METODOLOGIA

A metodologia do resumo expandido deverá apresentar os caminhos metodológicos e uso de ferramentas, técnicas de pesquisa e de instrumentos para coleta de dados, informar, quando for pertinente, sobre a aprovação em comissões de ética ou equivalente, e, sobre o direito de uso de imagens.

Conforme o que estar elencado, acordado, e descrito por CRESWEL (200, p.186) chama a atenção para o fato de que, na perspectiva qualitativa, o ambiente natural é a fonte direta de dados e o pesquisador, o principal instrumento, sendo que os dados coletados são predominantemente descritivos.

Já a Pesquisa Descritiva:

> Observa, registra, analisa e ordena dados, sem manipulá-los, isto é, sem interferência do pesquisador. Procura descobrir a frequência com que um fato ocorre, sua natureza, suas características, causas, relações com outros fatos. Assim, para coletar tais dados, utiliza-se de técnicas específicas, dentre as quais se destacam a entrevista, o formulário, o questionário, o teste e a observação. (PRODANOV E FREITAS, 2013, P. 52).

A presente pesquisa será de natureza descritiva, desempenhando um papel essencial na apresentação e análise dos resultados obtidos. Que segundo Vergara (2000) dispõe a pesquisa descritiva revela particularidades de determinada população ou fenômeno, estabelece correlações entre variáveis e define sua natureza.

A pesquisa tem como população-alvo os professores da Educação Especial, da cidade de Araruna, no estado da Paraíba. O corpo docente participante é composto por 06 profissionais da educação. Desses alguns atuam no turno da matutino, outros no período vespertino, resultando em uma distribuição relativamente equilibrada entre os diferentes turnos de funcionamento das instituições escolares.

Prodanov e Freitas (2013, p. 98) destaca que população é:

> A totalidade de indivíduos que possuem as mesmas características definidas para um determinado estudo. A definição da população-alvo tem uma influência direta sobre a generalização dos resultados.

ISSN: 2358-8829

> Portanto, o pesquisador deve se preocupar com o tamanho e a qualidade da amostra, entendida como "um subconjunto de indivíduos da população-alvo", sobre o qual o estudo será efetuado. (PRODANOV E FREITAS, 2013, P. 98)

A técnica amostragem será não probabilistica, pois foram escolhidos especificamente os docentes que responderam o questionário dentro do prazo estabelecido no ato do envio, sendo assim um total de seis docentes . as informações acerca da população, foram obtidas através de uma conversa informativa com a coordenadora da Educação Especial Inclusiva, que foi realizada por meio do WhatsApp referentes ao quadro de professores que compõem a pasta, e logo em seguida um diálogo de forma presencial.

Para Prodanov e Freitas (2013, p.13), tanto os questionários quanto as entrevistas:

> Constituem técnicas de levantamento de dados primários e dão grande importância à descrição verbal de informantes. Os dois apresentam vantagens e desvantagens que o pesquisador deve levar em conta no momento em que estiver escolhendo a técnica a ser aplicada no seu projeto em particular. (PRODANOV E FREITAS, 2013, p.13)

Prodanov e Freitas (2013, p. 108) conceituam o questionário como "uma série ordenada de perguntas que devem ser respondidas por escrito pelo informante (respondente)" Partindo deste pressuposto, compreende-se que o questionário foi a técnica utilizada na coleta dos dados. Após a coleta dos dados, estes foram encaminhados para serem tabulados e analisados mediante a apresentação dos mesmos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os participantes desta pesquisa, serão aqui mencionados por docente um, docente dois, docente três, docente quatro, docente cinco, docente seis.

Questões para serem tabuladas:

1. Qual é a sua idade e gênero?

Docente 1: Não colocou a idade, Feminino. Docente 2: 50 anos, mulher. Docente 3: 24 anos, não especificou o gênero. Docente 4: 32 anos, masculino. Docente 5: 50 anos, feminino. Docente 6: 49 anos, feminino

Analisando os resultados obtidos na pesquisa podemos perceber que os participantes tem entre24 anos e 50 anos de idade, dos seis que participaram apenas um se classifica como do sexo masculino, os demais como do sexo feminino.

2. Quais são suas formações acadêmicas e tempo de serviços?

Docente 1: Mestrado em Ciências da Educação, atuo a 15 anos. Docente 2: Pedagogia, Bacharel em Direito, pós graduada, 28 anos no serviço público. Docente 3: Não mencionou formação, apenas o tempo de serviço de 2 anos. Docente 4: Pedagogia e Hitòria, não mencionando o tempo de serviço. Docente 5: Especialista, não mencionou o tempo de serviço. Docente 6: Especialista, 25 anos de serviços.

Em análise aos resultados obtidos durante a pesquisa, podemos notificar que a maioria dos participantes tem graduação em pedagogia, alguns com especializações, para o tempo de serviço mencionaram que tem entre 2 anos a 28 anos de carreira docente.

3. Você consegue articular seu plano de atendimentos com os professores da sala comum frequentemente?

Em uma escala de 1 a 5, entre discordo totalmente e concordo totalmente.

Docente 1: Na escala marcou o número 3. Docente 2: Na escala marcou o número 4. Docente 3: Na escala marcou o número 4. Docente 4: Na escala marcou o número 5. Docente 5: Na escala marcou o número 3. Docente 6: Na escala marcou o número 1.

Sendo assim obtivemos como resultado da pesquisa nesta questão, que cinco participantes concordam totalmente, e ficando apenas um com a opção de discorda totalmente.

4. De acordo com a Resolução Nº4, de 2 de Outubro de 2009, cite algumas atribuições dos professores do AEE, que você conhece e coloca em prática?

Docente 1: Identificar e organizar os serviços para os alunos públicos alvo da educação especial; elaborar o PAEE; Realizar atendimento; realizar acompanhamentos; articular e orientar os docentes das salas comuns. Docente 2: Elaborar e executar os ´planos de atendimentos; Organizar o cronograma de atendimento; Dialogar com os professores das sala regulares. Docente 3: Identificar; Elaborar; produzir e organizar. Docente 4: Criar materiais acessíveis de acordo com as necessidades do aluno; Transformar uma atividade comum em uma atividade adaptada. Docente 5: Complemento as atribuições que, não foi

possível adquirir na sala regular. Docente 6: Facilitar a ruptura de barreiras que dificulta o desenvolvimento da aprendizagem.

Ao analisarmos as respostas dos participantes percebemos que os participantes elencaram que é de atribuições docentes identificar e organizar os serviços, Elaborar e executar os planos de atendimentos, Criar materiais acessíveis, complementar as attibuições que não foi adquirida na sala de aula regular, facilitar a ruptura de barreiras.

5. Recebe suporte pedagógico constante da equipe gestora?

Os docentes 1, 2, 3, mencionou que sim, já os docentes 4, 5, 6 mencionaram que não

Analisando os resultados obtidos na pesquisa observamos que alcançamos um resultado que três participantes elencaram que sim, para a pergunta sobre receber o suporte pedagógico da equipe gestora, e os outros três mencionaram que não, havendo assim um empato na obtenção de respostas.

6. Referente aos materiais e tecnologias assistivas disponíveis em sala, os mesmos são adequados para suprir as dificuldades dos educandos?

Os Docentes 1, 2, 3, 4, elencaram que sim. Já os docente 5 e 6 elencaram que não.

Analisando as respostas podemos perceber que quatro docentes elencaram que sim para as questões dos materiais e tecnologias, e apenas dois mencionaram que não, não consideram adequados para suprir as dificuldades dos educandos.

7. Qual é hoje o maior desafio/obstáculo que você enfrenta no cotidiano na Sala de Recursos Multifuncionais-SRM?

Docente 1: A logística de articulação da teoria e prática. Docente 2:A baixa frequência ou a infrequência de alguns alunos, mesmo diante da busca ativa. Docente 3:Falta de recursos. Docente 4: Desafio é atender às diferentes necessidades. Docente 5: Não ter suporte da equipe escolar. Docente 6: a segregação, apoio da familia e escola em geral

Analisando os resultados podemos perceber uma variação significativa para os desafios: A logistica de articular teoria e prática, a baixa frequência, falta de recursos, atender as diferentes necessidades, não ter suporte da equipe, a segregação e o apoio familiar.

8. Como você define uma “prática inovadora” no AEE e você consegue aplicá-la?

Docente 1: Aquela que chama a atenção do educando e faz ele interagir de forma espontânea. Docente 2: Desenvolvimento de atividades ativas, colocando o aluno como protagonista do processo. Docente 3: Uso criativo de tecnologias e recursos de

acessibilidades. Docente 4: Por meio de atividades lúdicas, jogos pedagógicos. Docente 5: Cultura maker. Docente 6: Dinâmicas e focadas em objetivos.

Alguns dos participantes elencaram como práticas inovadoras, aquela que chama a atenção do educando, desenvolvimento de atividades ativas, uso criativo de tecnologias, atividades lúdicas, cultura maker, dinâmicas.

9. Qual desses recursos você considera o mais urgente para melhorar seu trabalho hoje?

A) Mais verbas para materiais didáticos
B) Mais horas de formação contiinuada
C) Melhor articulação/tempo para reuniões com professores da sala comum
D) Melhor infraestrutura física/tecnológica
E) Outro:

Docente 1: Melhor articulação/tempo para reuniões com professores da sala comum. Docente 2: Mais horas de formação continuada. Docente 3: Mais verbas para materiais didáticos. Docente 4: Mais verbas para materiais didáticos. Docente 5: Mais verbas para materiais didáticos. Docente 6: Mais horas de formação continuada

Os participantes elencaram que considera mais urgentes melhorar a articulação para reuniões, mais horas de formação continuada, mais verbas, melhorar a infraestrurura.

10. Se você pudesse mudar uma única coisa no sitema atual do AEE para garantir mais inovação, o que seria?

Docente 1: As atribuições docentes. Docente 2: A frequência dos alunos. Docente 3: Garantir tempo institucionalizado e espaço na jornada de trabalho para que professsores do AEE possa ´planejar, elaborar materiais, articular com professores da sala comum, participar de formação e testar novas estratégias. Docente 4: Mais inovação, autonomia, participação e aprendizagem. Docente 5: Trabalho em equipe. Docente 6: Suporte.

Os participantes mencionaram que seria as atribuições docentes, a frequência dos alunos, garantir tempo institucionalizado e espaço na jornada de trabalho para que professsores do AEE possa ´planejar, elaborar materiais, articular com professores da sala comum, participar de formação e testar novas estratégias, mais inovação, autonomia, participação e aprendizagem, trabalho em equipe como também o suporte.

Muito obrigada por suas contribuiçõe para conosco nessa pesquisa.O quão satisfeito você ficou em participar desta pesquisa?

Os Docentes1, 2, 3, 4, e 5, Elencaram que fiacarm muito satisfeito em participar desta pesquisa. Onde apenas o Docente 6, elencou que está pouco satisfeito em participar desta pesquisa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao concluirmos este artigo, pudemos entender a complexidade envolvida em proporcionar uma educação que seja ao mesmo tempo inclusiva e de alta qualidade. Esse entendimento surgiu a partir das considerações dos desafios mencionados pelos participantes, que foram essenciais na nossa análise para chegarmos a essa conclusão.

Para entender detalhadamente as funções e responsabilidades do docente que trabalha na Sala de Recursos Multifuncionais (SRM), no contexto do Atendimento Educacional Especializado (AEE), este estudo realizou uma pesquisa de campo com um estudo de caso abrangente. O objetivo principal foi reunir materiais científicos focados na análise desse tema, além de conduzir uma pesquisa prática tendo como foco investigar as atribuições específicas dos profissionais nas SRMs e os desafios enfrentados para promover efetivamente o AEE.

Palavras-chave: Educação Especial, Atendimento Educacional Especializado, Prática Inovadoras.

AGRADECIMENTOS

É pelas graças Divina que eu sou quem sou e estou onde estou. Quero agradecer primeiramente a Deus pelo dom da vida, e a excelente família que ele me concedeu, agradeço imensamente a meu esposo, Luiz Antônio Pereira, como também a meus Filhos, Maryanny Sophya do Nascimento Pereira, A minha estrelinha que brilha e erradia luz na minha vida “Em memória”, a Anny Louyzy do Nascimento Pereira, o Luiz Antônio Pereira Filho, e a Maria Liz do Nascimento Pereira, a Nossa virgem santíssima, aquela que me guia, me orienta como também me ama.

A minha mãe, Maria Salete Gomes da Silva, que é responsável por toda o meu caminhar, é fonte inesgotável, de esforço e garra para me ver trilhar nos caminhos da educação. Caminho este que, deixa sua herança de uma professora que se doa

intensamente no ato da docência. Ao meu pai, Pedro Henrique do Nascimento, que nunca desistiu de mim, depositando toda sabedoria e amor durante os meus estudos e me apoiando em tudo que fosse necessário.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei 10.436 de 24 de abril de 2002.** Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais-Libras e dá ouras providências. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil03/leis/2002/L10436htm. Acesso em: 23 Setembro 2025

BRASIL. **Decreto n° 5626 de 22 de dezembro de 2005.** Regulamenta a lei n° 10.436 de 24 de abril de 2002. Disponível em:http://www.planalto.gov.br/ccivil 03/ ato20042006/2005/decreto/D5626.htm.Acesso em : 23 de setembro de 2025.

BRASIL. **Lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência** [recurso eletrônico]: Lei n°13.146,de 6 de julho de 2015, que institui a Lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência (Estatuto da pessoa com deficiência) /Câmara dos Deputados. -Brasília: Câmara dos Deputados, Edições 2015. –(Série legislação; n. 200)

BRASIL. Resolução CNE/CEB nº 4, de 2 de outubro de 2009. Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Diário Oficial da União, Brasília, 5 out. 2009.
BRAUN, P.; MARIN, M. Ensino colaborativo: uma possibilidade do Atendimento Educacional Especializado. Revista Linhas, v. 17, n. 35, p. 193-215, 2016.

_____.Ministério da Educação . **Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial.** Resolução CNE/CEB n°4/2009.

_____.Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** LDB 9.394,de março de 2017.

_____.Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** LDB 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

_____. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva.** MEC; SEEP; 2008.

DAMAZIO, Mirlene Ferreira Macedo. Metodologia do Serviço do Atendimento Educacional Especializado em uma Perspectiva na Escola Regular. **Revista on line de Política e Gestão Educacional**, Araraquara, v. 22, n. esp. 2, p. 840-855, dez., 2018. E-ISSN:1519-9029. DOI: 10.22633/rpge.unesp.v22.nesp2.dez.2018.11916

FURLANETO, Patrícia Regiane da Silva. Sala de recursos multifuncionais: desafios e possibilidades das práticas pedagógicas. 2025. 235 p. Tese (doutorado) – Universidade Católica de Santos, Programa de Pós-Graduação stricto sensu em educação, 2025https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/37352

Lakatos, Eva Maria.Fundamentos de metodologia científica *1* Marina de Andrade Marconi, EvaMaria Lakatos. - 5. ed. - São Paulo : Atlas 2003.

LIMA, T. C. S. DE; MIOTO, R. C. T. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Revista Katálysis**, v. 10, n. spe, p. 37–45, 2007.

LINS, S. R. A.; SQUASSONI, C. E.; MATSUKURA, T. S. Formação em Saúde Mental Infantojuvenil: construindo saberes com professores de Sala de Recursos Multifuncionais. **Olhar de Professor**, *[S. l.]*, v. 26, p. 1–17, 2023. DOI: 10.5212/OlharProfr.v.26.21440.023. Disponível em: https://revistas.uepg.br/index.php/olhardeprofessor/article/view/21440. Acesso em: 8 nov. 2025.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do trabalho cientifico** procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2007. 226 p.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar Projetos de pesquisa.** 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

BRASIL. Declaração de Salamanca e linha de ação sobre as necessidades educativas especiais. Brasília: UNESCO, 1994.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da educação Nacional. LDB 9394, de 20 de dezembro de 1996.

MANTOAN, Ma Tereza Égler. **Inclusão escolar**: O que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Moderna, 2006.

MAZZOTTA, Marcos José da Silveira. **Educação especial no Brasil**: história e políticas públicas . 6. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

SAVIANI, D. **Pedagogia histórico-crítica**: primeiras aproximações. 4. ed. Campinas(SP): Autores associados, 1994.